



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – “MIN. ALCIDES CARNEIRO” – JOÃO PESSOA/PB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA MIRANDA LUCENA

**O PAPEL DOS NOVOS ATORES DE GOVERNANÇA GLOBAL NA
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.**

JOÃO PESSOA

2014

MARIANA MIRANDA LUCENA

**O PAPEL DOS NOVOS ATORES DA GOVERNANÇA GLOBAL NA
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do diploma de
bacharel.

Orientador: Marcionila Fernandes.

JOÃO PESSOA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L932n Lucena, Mariana Miranda

Os novos atores de governança global na sustentabilidade ambiental [manuscrito] : / Mariana Miranda Lucena. - 2014. 29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Marcionista Fernandes, Departamento de Relações Internacionais".

1. Sustentabilidade Ambiental. 2. Cooperação. 3. Governança Global. I. Título.


21. ed. CDD 363.7

MARIANA MIRANDA LUCENA

Cooperação Internacional e os Novos Atores de Governança
Global na Sustentabilidade Ambiental

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovada em 07/03/2014.



Professor(a) Marcionila Fernandes / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Henrique Altemani de Oliveira / UEPB
Examinador(a)



Professor(a) Jacqueline Echeverria Barrancos / UEPB
Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser presente em todos os momentos da minha vida e ter me guiado até aqui, sempre colocando tudo no tempo certo. Aos meus pais, por sempre me apoiarem e incentivarem a lutar pelos meus objetivos, os meus maiores exemplos de caráter e determinação. Aos meus irmãos Erick e Patrick, que dedicaram a mim amizade e carinho desde quando vim ao mundo. Aos meus avós, que não estão mais presentes fisicamente, mas que me amaram incondicionalmente, mesmo sem eu ter optado por cursar Medicina. À Adan, por toda paciência e cumplicidade, por estar presente na minha vida desde quando esse momento parecia um sonho distante e por ser a pessoa com a qual pretendo colher os frutos das minhas conquistas no futuro.

À Felipe, Marcella e Nara, maiores amizades que este curso me proporcionou, por ser a família que eu escolhi em João Pessoa e que fizeram parte das melhores lembranças dos anos na graduação. Por todos os truccos, jantares, cervejas, viagens, noites do pijama e piadas infundáveis sobre tudo. À Laís, que de repente passou a fazer parte da minha vida e que trouxe mais alegria a ela, por todos os conselhos e pela torcida sincera. À Brian, Guilherme e Pereira, amigos os quais dedico admiração e carinho, os irmãos que a UEPB me deu.

À Dyandra, que dividiu comigo por um tempo o doce e o amargo de morar longe da família, por ser a solução para meus conflitos, por abrir a porta todas as vezes que eu precisava conversar de madrugada. Às Pêpas, amigas desde sempre e para sempre, meus melhores sorrisos. Ao Exílio, por me acolherem nos primeiros anos de universidade. Ao Grupo de Cooperação 003, por me receberem de braços abertos na turma, por compartilhar risadas e desesperos nesse último ano de curso.

Aos professores Marcionila Fernandes e José Carlos Assis, por me orientarem na construção deste trabalho e por servirem de inspiração em estudar o tema da cooperação internacional no meio ambiente. À Rafael Art, pela co-orientação e ajuda em entender os desafios da sustentabilidade. Aos professores presentes na banca de avaliação, por aceitaram gentilmente o convite e a todos os professores do curso de Relações Internacionais da UEPB, por terem compartilhado conhecimento comigo ao longo desses anos e contribuído para a minha formação. À todos que já passaram pela minha vida e de alguma forma me acrescentaram e me ajudaram a me tornar quem eu sou hoje.

O PAPEL DOS NOVOS ATORES DA GOVERNANÇA GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

LUCENA, Mariana Miranda¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar o surgimento de novos atores nas relações internacionais na busca de atingir sustentabilidade ambiental, propondo a cooperação como um meio de alcançar os objetivos almejados. Apresentam-se os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental para compreender os desafios em solucionar os danos ambientais gerados pela ação humana. A governança global é apontada como a quebra do paradigma de que o Estado é o único ator nas relações internacionais, apresentando uma perspectiva liberal com o envolvimento da sociedade civil, de organizações não-governamentais e de outros atores na busca por alternativas e soluções para os problemas causados ao meio ambiente. Expõe-se por fim a ideia de *crowdsourcing* e de “rede de cidades” para dar continuidade ao debate acerca da governança global e, por fim, apresenta a “Rede Social por Cidades Justas e Sustentáveis” como exemplo dos novos atores na busca pela sustentabilidade no Brasil. A abordagem metodológica utilizada foi exclusivamente qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade Ambiental. Cooperação. Governança Global.

INTRODUÇÃO

Esse artigo versa sobre as relações internacionais e o meio ambiente, tendo como objetivo o discurso em torno da descentralização do papel do Estado como único ator capaz de pensar os problemas ambientais. O desenvolvimento sustentável, conceito bastante utilizado nas conferências internacionais sobre meio ambiente, mas pouco viável na prática, é tratado como um objetivo a longo prazo devido a suas contradições (DIAS, 1999). Entretanto, a sustentabilidade ambiental, tema que será posteriormente desenvolvido, foi encarado como um desafio para o cotidiano, propondo a participação colaborativa da sociedade civil e de outros atores. Além disso, foi feita uma análise dos eixos que devem ser levados em consideração para entender os desafios para alcançar um

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: mariana_lucena2@hotmail.com

patamar mais sustentável, agregando outros fatores aos três eixos propostos pela teoria do “tripé da sustentabilidade” proposta por Elkington em 1990.

A cooperação entre é mostrada como um fator primordial para alcançar a sustentabilidade, pois permite o intercâmbio de informações entre os atores e a busca para solucionar um problema que é de todos, como os de cunho ambiental. Nesta pesquisa, parte-se da ideia de que no cenário internacional atual não existe uma hegemonia e o liberalismo é a corrente teórica utilizada para explicar a necessidade de cooperação, que favorece a ação dos Estados em prol da realização de objetivos comuns (KEOHANE e NYE, 2001). Desta forma, o conceito de governança global passa a delimitar os debates, marcados pela descentralização dos Estados como atores principais na busca de soluções e dividindo espaço com organizações não governamentais, sociedade civil, empresas multinacionais, entre outros. Com o reconhecimento de uma pluralidade de níveis de atuação e de atores, além da importância da cooperação entre eles, será apresentado o *crowdsourcing* e a Rede de Cidades como iniciativas de uma era globalizada, capazes de envolver e mobilizar a sociedade civil em torno da questão ambiental. Com a finalidade de analisar os objetivos estabelecidos, os debates sobre governança global serão divididos em três momentos, que serão expostos a seguir.

Em um primeiro momento, é apresentado o conceito de governança, que após 1991, passa a ser entendida de forma mais ampla e abrangente. Ao entender que o conceito trata das maneiras pelas quais os indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996), será tratado a adequação do modelo de governança global na questão ambiental.

Em seguida, é introduzido o conceito de *crowdsourcing*, mecanismo que busca por meio do intercâmbio de informações e participação coletiva, solucionar diversos problemas, como o de cunho ambiental (HOWE, 2009). A sustentabilidade é proposta muitas vezes através da troca de experiências e tecnologias, levando em consideração as diferentes realidades de cada lugar. O projeto Porto Alegre.CC é apresentado como exemplo de *crowdsourcing* em prol da sustentabilidade, sendo uma iniciativa que expõe informações e propõe novas ideias a fim de melhorar a qualidade de vida na região. O

termo “CC” significa *Creative Commons*, um tipo de licença de propriedade intelectual criado para compartilhar conteúdos.

Por fim, é tratada a questão das “redes de cidades”, onde a cidade passa a ser reconhecida como um ator da governança global quando unida em redes, podendo vir a atuar em níveis internacionais. A Rede Social de Cidades Justas e Sustentáveis é analisada e referenciada como uma plataforma de cooperação, que busca através da inteligência coletiva e da participação popular, encontrar soluções para a preservação do meio ambiente.

Diante dos fatos, o presente artigo busca entender a sustentabilidade ambiental sob a ótica de um mundo globalizado, tendo em vista que os efeitos da degradação ambiental não conhecem fronteiras já que “a degradação de um Estado compromete a vida de todo o planeta” (PISKE, 2014). Por outro lado, a globalização pode ser uma chave para a sustentabilidade por meio do intercâmbio de mecanismos e ideias favoráveis ao desenvolvimento consciente. A natureza da vertente metodológica possui uma abordagem qualitativa, e a pesquisa teve um caráter bibliográfico e explanatório.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o século XIX, o progresso tornou-se a palavra que melhor definia a forma de pensar e agir economicamente nas sociedades contemporâneas, assim como estava diretamente relacionado à ideia de desenvolvimento (COMTE, 1847). O crescimento econômico seria alcançado exclusivamente via industrialização. Com o advento da Revolução Industrial, a natureza passou a ser percebida a partir de uma racionalidade econômica. Desta maneira, a exploração dos recursos naturais e matérias-primas passou a ser feita de forma exarcebada, pois nada, segundo Comte, poderia frear o progresso, que “é a lei da história da humanidade, o homem está em constante processo de evolução.” Os resultados foram diversos impactos ambientais e suas consequências negativas.

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da

biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria (SANTOS, 2006, p.26).

A mudança do paradigma do desenvolvimento se deu em meados dos anos 60, quando iniciaram as constatações pelos cientistas sobre os problemas ambientais e surgiram as discussões sobre os riscos da degradação ambiental (MEADOWS *et al.*, 1972). Em 1972, por meio da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente² (PNUMA) e foram propostas aos países participantes determinadas medidas paliativas para reduzir os prejuízos causados ao meio ambiente. Entretanto, os debates desencadearam conflitos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, pois diminuir o ritmo não estava nos planos dos países em desenvolvimento, os quais alegaram que todos deveriam ter a mesma chance ao crescimento econômico³.

O termo “Desenvolvimento Sustentável” foi utilizado pela primeira vez em 1983, no discurso da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, em uma reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴. Entre os primeiros esforços frutos desta reunião, destaca-se o relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland”, lançado no mesmo ano e com finalidade de atentar para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento, que seria baseado em manter o progresso a longo prazo aos países desenvolvidos e em desenvolvimento (OUR COMMON FUTURE, 1987). Consolidou-se, dessa maneira, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, em que "seria possível atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as próximas gerações atenderem as suas necessidades" (OUR COMMON FUTURE, 1987). Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável significa a compatibilidade do crescimento econômico com desenvolvimento humano e qualidade ambiental.

2 Agência para o meio ambiente criada com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável.

3 Crescimento econômico refere-se ao PIB, além de outros indicadores de bem-estar de uma nação, como os níveis de Educação, Saúde, entre outros.

4 Reunião criada pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Duas décadas após a conferência em Estocolmo, ocorreu no Rio de Janeiro a ECO-92, conferência internacional comandada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, que deu continuidade aos debates de maneira que as alternativas para o desenvolvimento sustentável propostas anteriormente, passaram a ser amplamente difundidas e ganharam força na comunidade internacional. Nesta mesma ocasião, foram assinados diversos documentos referentes às questões ambientais, como a Agenda 21, onde cada um dos 179 países participantes definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território (ONU, 1992). Considerada como um dos principais fundamentos da sustentabilidade, a Agenda 21 serviu para fortalecer a democracia e cidadania, por meio da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento.

O processo iniciado na ECO-92, reforça que antes de reduzir o problema ambiental a questões técnicas, é necessário consolidar alianças entre os mais diversos grupos para que se possa alcançar as transformações necessárias em prol do meio ambiente. Entre os compromissos assumidos na conferência realizada no Rio de Janeiro, está a da democratização dos conhecimentos e informações para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. A premissa básica da Agenda 21 reflete um consenso com o comprometimento ao desenvolvimento e a cooperação ambiental (ONU, 1992).

Entretanto, nota-se que desenvolvimento sustentável não é um conceito acabado, pois trata-se de uma ideia em movimento, construída no contexto em que a sociedade se relaciona com o meio ambiente. Para Martins (1997), as vastas possibilidades em conceituar o termo “desenvolvimento sustentável” resultam em inúmeras contradições, pois há um abismo enorme entre os discursos e as práticas que se dizem sustentáveis. O autor defende que existem barreiras difíceis de transpor entre o ideário do desenvolvimento sustentável proposto pela ONU e as reais condições sociopolíticas e econômicas dos países em desenvolvimento, considerando as particularidades do sistema econômico internacional onde estão inseridos.

O próprio conceito da ONU sobre o *Desenvolvimento Sustentável* é vago pois não explicita quais são as necessidades das gerações presentes, ocultando o principal desafio para superar o conflito entre economia e meio ambiente que é o de estabelecer padrões de consumo num ritmo harmônico com a capacidade da natureza em fornecer a respectiva matéria-prima. Por outro lado o conceito pretende-se

homogêneo para o planeta e portanto igualando seu significado para culturas diferentes (MARTINS, 1997, p.2).

A falta de consenso a respeito do real significado favorece visões completamente distintas sobre o desenvolvimento sustentável. Este termo, então, pode ser utilizado mediante perspectivas, valores e interesses diferentes. Logo, o tema pode ser abordado e interpretado de inúmeras maneiras, segundo o interesse de cada um e ao mesmo tempo “facilitando sua utilização em estratégias profundamente insustentáveis” (MARTINS, 1997, p.2). Devido às contradições e ambiguidades pertencentes ao que se refere a desenvolvimento sustentável, tendo em vista que “desenvolver” pode ser diretamente relacionado ao pensamento econômico de produção de bens e serviços, baseados no consumo da matéria-prima fornecida pela natureza. Consumo este, que quando desenfreado, ocasiona sérios impactos ambientais e assim, geram a principal contradição no que diz respeito a desenvolvimento sustentável.

Desta maneira, os esforços para compreender as novas relações entre sociedade e meio ambiente no presente trabalho, serão entendidos por meio do conceito de sustentabilidade ambiental ao invés de desenvolvimento sustentável, pois a primeira está mais relacionada a ações e iniciativas voltadas para a construção de um futuro menos agressivo ao meio ambiente, sem pretensões de mudar radicalmente as regras do sistema econômico capitalista vigente. A palavra-chave é continuidade, ou seja, como essas vertentes podem se manter em equilíbrio ao longo do tempo (CABRERA, 2008).

O conceito de sustentabilidade ambiental pode ter sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”, um dos principais pontos defendidos é superação do problema dos limites ao crescimento econômico de forma sustentada, imposto pela escassez de recursos naturais através do progresso tecnológico e científico (DEBALI, 2009). Entretanto, em razão das contradições e dificuldades em transformar verdadeiramente esse conceito em ações e políticas públicas, passou-se a incorporar outras dimensões e atores na questão ambiental.

A ideia de sustentabilidade pressupõe uma relação de equilíbrio com o meio ambiente em sua totalidade, considerando que todos os elementos afetam e são afetados reciprocamente pela ação humana (MINAYO *et al.*, 2000). Para esse autor, a sustentabilidade diz respeito às escolhas sobre as formas de produção, consumo,

habitação, comunicação, alimentação, transporte e também nos relacionamentos entre as pessoas e delas com o ambiente, considerando os valores éticos, solidários e democráticos. Logo, enquanto ao se pensar em desenvolvimento sustentável podemos direcionar inconscientemente a responsabilidade aos Estados e organizações internacionais em reduzir os danos ao meio ambiente, quando se pensa em sustentabilidade, o foco muda para a capacidade do indivíduo em interagir com o mundo, de forma que possa se comportar de maneira que não comprometa os recursos naturais para as gerações futuras.

Este tema é relevante devido à preocupação crescente em atender às necessidades da sociedade sem comprometer fatores sociais e ambientais. O agravamento dos problemas ecológicos reflete a importância da conscientização do sistema internacional sobre a necessidade da sustentabilidade. Nesse contexto, surge o modelo do *triple bottom line*⁵, ou tripé da sustentabilidade, conceito criado por John Elkington em 1990, que propõe três eixos fundamentais para entender a sustentabilidade. São eles:

1. O eixo social, pensando no bem-estar dos indivíduos, sendo socialmente justo;
2. O eixo ambiental, pensando em formas de amenizar os impactos e compensar o que não for possível amenizar;
3. O eixo econômico, buscando resultados lucrativos, porém analisando temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Segundo Art (2013), é necessário ampliar essa visão institucionalizada da sustentabilidade, que vai além de economia, sociedade e meio ambiente. Para o autor, devem ser somados ao “tripé” outros cinco eixos, que são fundamentais para se entender a sustentabilidade:

4. O eixo espiritual, que não está ligado à religião, mas ao contato do homem com o seu “eu”, evocando um olhar interno onde o sentimento de pertencimento do meio deve ser compreendido para aproximarmos da natureza;

5 Termo que representa a expansão do modelo de negócios tradicional “para um novo modelo que passa a considerar o desempenho ambiental e social da companhia, além da financeira” (LINS, 2010, p 201.)

5. O eixo educacional, entendendo e respeitando as diferenças, repensando a forma pela qual a educação tradicional é proposta e construindo agentes de mudança críticos e bem informados;
6. O eixo territorial, pensando a interação com o homem e com a natureza e buscando uma configuração rural-urbana mais equilibrada, além de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas;
7. O eixo cultural, onde cada sociedade possui suas origens e que estas devem ser respeitadas. Os processos de sustentabilidade devem ser específicos para o local, o ecossistema, a cultura e a área;
8. O eixo político, onde o foco é o bem estar coletivo, fortalecendo as instituições democráticas e a promoção da cidadania, pois a sustentabilidade não deve ser um projeto do governo, mas de todos os membros da sociedade.

Os eixos propostos por Art são exemplos das novas conjunturas desenvolvidas no que diz respeito à sustentabilidade.

Desta maneira, a cooperação aparece como uma demanda recorrente do debate ambiental global. Lima (2006) sugere que a cooperação internacional pode ser compreendida como instrumento para o tratamento de temas como o meio ambiente, onde é necessário o consenso dos Estados e da criação de novas normas e diretrizes. As teorias tradicionais das relações internacionais, desde o realismo e o liberalismo, se propuseram a definir a cooperação internacional. Para o realismo, a cooperação buscava assegurar a ordem do sistema de Estados, fundamentado sobre os princípios da soberania e da igualdade (SANT'ANNA, 2008). Logo, para o realismo, a cooperação serviria para atender os interesses dos Estados no sistema internacional anárquico e a interação entre os Estados, os únicos e principais atores das relações internacionais. Contrapondo-se a essa ideia, a teoria liberal sugere que a cooperação tem o papel de institucionalizar a vida internacional, para eles, a cooperação favoreceria a ação dos Estados em prol da realização de objetivos comuns (SMOUTHS, 2004). O funcionalismo foi a primeira linha teórica das relações internacionais aplicada a cooperação internacional, segundo essa teoria, os interesses comuns e as necessidades compartilhadas pelos Estados gerariam uma gradual integração nos âmbitos regional e global.

Partindo da perspectiva de que o sistema internacional não possui mais uma hegemonia que exerça isoladamente o poder global, como ocorreu com os Estados Unidos após a Guerra Fria e anteriormente com o Reino Unido, Kindlebergen⁶ (1970) defende que para que uma economia mundial liberal funcione de forma eficaz, é necessário que exista um único país que cumpra o papel de estabilizador do sistema. Ou seja, os realistas defendiam a necessidade de um poder estatal supranacional para que pudesse existir uma ordem mundial estável (FIORI, 2005). Entretanto, para os liberais, como Joseph Nye e Robert Keohane, a ideia de poder e legislação passaram a ser legitimados coletivamente, independentes de qualquer Estado. Para os autores liberais, havia certa perda da importância dos Estados e defendiam a possibilidade de uma ordem política mundial regulada por um sistema de “regimes supranacionais” aceitos e geridos de forma coletiva ou multilateral (FIORI, 2005). Para Keohane (1989), a cooperação não-hegemônica é muito difícil de se realizar, mas não impossível, podendo ser facilitada através da criação de regimes, pois os interesses comuns são as condições-chaves para que haja cooperação.

Na década de 1990, o sistema internacional aproximou-se do modelo preconizado pelos realistas, mas por pouco tempo, porque o poder unipolar dos Estados Unidos não conseguiu estabilizar a economia mundial, nem muito menos promover o seu crescimento convergente (FIORI, 2004). Após uma década, é notável a ausência de uma hegemonia ou governança mundial e é a partir desse contexto, que os liberais sugerem a cooperação entre os Estados como uma necessidade para evitar o caos.

Múltiplos canais conectam as sociedades, compreendendo laços informais entre as elites governamentais, assim como arranjos diplomáticos formais, laços informais entre as elites não-governamentais (pessoalmente ou por meio de telecomunicações) e organizações transnacionais (como bancos multinacionais ou corporações). Estes canais podem ser classificados como relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Relações *interestatais* são os canais normais considerados pelos realistas. O termo *transgovernamental* aplica-se quando se flexibiliza a premissa realista de que Estados atuam como uma unidade coerente; o termo *transnacional* aplica-se quando se flexibiliza a premissa de que os Estados são as únicas unidades (KEOHANE, 1989).

⁶ Charles Kindlebergen é o economista norte-americano que reformou a teoria da estabilidade hegemônica.

O conceito de interdependência é desenvolvido pelos liberais como dependências mútuas entre os diversos atores marcadas pela complexidade e diversidade dos laços e canais de dependência e comunicação (KEOHANE e NYE, 1989). A formação de regimes, segundo os autores, atribui espaço e relevância à atuação de atores não-estatais e subestatais, mas não diminui a importância dos Estados. A percepção de que as instituições internacionais podem mudar as relações entre Estados é o grande divisor de águas que separa liberais e realistas no debate (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Num ambiente em que há muitas incertezas e atores possuem diferentes níveis de acesso a informação, obstáculos à ação coletiva e cálculos estratégicos podem evitar que esses atores realizem seus interesses comuns (KEOHANE, 1989, p. 12).

O século XXI tem sido caracterizado por um período de crise sistêmica, mudanças de ciclos hegemônicos e poderes globais, onde a busca por saídas do caos sistêmico para uma governabilidade é uma das principais preocupações das políticas internacionais (BAPTISTA, 2012). Desta maneira, a cooperação não é uma forma altruísta ou idealista das relações internacionais, mas resultado de um processo de coordenação política em um ambiente de incertezas, onde há ausência de uma hegemonia. Ao que se refere à questão ambiental, a cooperação pode ser apontada como a principal maneira de evitar o colapso do meio ambiente.

Nos últimos anos, surge a ideia de governança que, dentro da teoria institucionalista, também tem tratado da cooperação internacional, não apenas entre Estados, mas envolvendo outros atores nas relações internacionais. Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004, p. 105), destacam a governança global e as instituições internacionais como perspectivas sobre a gestão coletiva da crise ambiental. Essas perspectivas estão intimamente ligadas e são baseadas nas ideias de democratização, legitimidade, comunicação aberta e reflexibilidade coletiva. A escolha da abordagem da governança global recai também na própria ampliação desta frente às instituições internacionais, de forma que ela consegue englobar tanto a abordagem organizacional quanto a da teoria dos regimes (BARROS-PLATIAU, VARELLA E SCHEICHER, 2004).

[...] a totalidade das maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes

e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 2).

Os regimes internacionais são instituições de caráter não-hierárquico em torno das quais as expectativas dos atores convergem (HERZ, 1997). Eles são deliberadamente construídos pelos atores com o propósito de mitigar o caráter de autoajuda das relações internacionais ao demonstrar aos Estados a possibilidade de obter ganhos conjuntos por meio da cooperação (HASENCLEAVER *et al.*, 2000). Segundo este autor, os neoliberais veem os regimes como uma via para facilitar a cooperação internacional. Para essa linha teórica, estas instituições permitem que os atores racionais contribuam uns com os outros no sentido de realizar seus interesses comuns, pois os regimes aumentam a transparência das relações entre os diferentes atores internacionais, permitindo que se reduzam as incertezas nessa interação (AMARAL, 2010).

A teoria dos regimes e a governança global se distanciam na medida em que a primeira é centrada basicamente nos Estados, já as noções de governança global possuem uma base ontológica alargada o suficiente para abranger atores não-estatais (AMARAL, 2010). De acordo com Villa (2001) existe uma série de características que renovam o papel dos atores nas atuais relações internacionais, onde não é mais pensado apenas em função do Estado, mas dentro de uma sociedade civil organizada. A governança global não deve ser entendida somente como um conjunto de relações intergovernamentais, mas como uma forma mais ampla, envolvendo ONGs, sociedade civil, empresas multinacionais e mercados (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996). Logo, as novas questões, inclusive a ambiental, passam a ser geridas por diferentes atores e não somente pelos Estados.

2. GOVERNANÇA GLOBAL E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pode-se dizer que a década de 90 foi o divisor de águas quando se trata de governança, tendo em vista que, até então, os conceitos de governança eram ditados conforme as análises do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (SPERANZA, 2012). Após a criação da Comissão sobre Governança Global pela ONU,

em 1991, houve uma ruptura de tal hegemonia e a ideia de governança passa a ser entendida de forma mais ampla, abrangendo organizações não-governamentais (ONGs), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados globais (SPERANZA, 2012). Ou seja, o reconhecimento de uma pluralidade de níveis de atuação e de atores e a busca por cooperação entre eles, haja vista um contexto de globalização e interdependência. Os Estados são os atores dominantes nas relações internacionais, mas que agora não são mais os únicos atores significativos (LE PRESTRE, 2005).

A Comissão sobre Governança Global (1991) define governança como “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”. Vale ressaltar que a governança global não possui caráter coercitivo, visto que, conforme Gonçalves (2006) “sua forma de agir é a articulação, construindo consensos e forjando a cooperação para resolver problemas”. É importante salientar também, que a governança global não exclui a dimensão estatal, mas soma ao Estado outras maneiras de administrar seus embates.

Muitos dos problemas internacionais e domésticos urgentes resultam do poder insuficiente dos Estados para estabelecer a ordem, realizar a infraestrutura, e prover serviços sociais mínimos. Atores privados podem assumir algum papel, mas não há substituto para o Estado (SLAUGHTER, 1997, p. 195).

Segundo a definição de Rosenau (2000), governança é “um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”. Para o autor, a globalização facilita a criação de novas esferas de poder no sistema internacional.

Para se ter uma ideia, da década de 80 havia cerca de 5.000 ONGs espalhadas pelo mundo. Uma década depois, com o aceleração do processo de globalização, esse número aumentou para 26.000 ONGs, provando como a globalização marca a concepção de governança global. Para Matias (2005), as ONGs conquistam, a cada dia, a capacidade de participar, direta ou indiretamente, na chamada governança global. O surgimento de

problemas transnacionais, como os de caráter ambiental, impulsionam a criação de organizações e alianças em todo o mundo, que podem ser consideradas como a resposta da sociedade civil à intensificação da interdependência dos povos. Entretanto, vale ressaltar que a ideia de governança global emergiu antes mesmo do fenômeno da globalização, mas este foi um fator importante para estimulá-la.

Uma vez que os assuntos tratados nos tribunais e nas conferências internacionais passam a ser cada vez mais técnicos, essas exercem a função de fornecer as informações e o conhecimento necessários para melhorar a qualidade das decisões tomadas pelas instituições da sociedade global. A capacidade de fornecer informações faz delas ‘grupos de pressão muito ouvidos’ durante as conferências internacionais, o que permite concluir que as organizações internacionais envolvidas com a produção de normas ‘tornaram-se cada vez mais abertas à influência de entidades não-governamentais (MATIAS, 2005, p. 451).

Sobre governança global, Patterson (1999) difere três formas distintas de análise. A primeira insere-se no modelo de regimes internacionais, envolvendo práticas que operam no sistema interestatal. Já a segunda, ressalta a governança global apresentada por Rosenau, a qual as práticas são para tentar conduzir os efeitos da globalização, além de integrar relações transnacionais, considerando que seus efeitos não se limitam a território ou nacionalidade. A terceira análise, Patterson ressalta existir outra concepção que enfatiza a natureza transnacional da governança de forma mais consolidada, admitindo uma ordem fora das relações entre os Estados, além do reconhecimento de uma sociedade civil transnacional que pode ou não ter participação estatal. Logo, “governança global significa abranger em uma análise os níveis nacionais e internacionais, tendo em vista os desafios da sustentabilidade ambiental” (LIMA, 2012, p. 162).

Segundo Lima (2012), a questão ambiental, enquanto protegida pela governança, pode ser caracterizada pela não-rivalidade e não-exclusividade, haja vista que a violação não está restrita a um único ator ou território. Para a autora, governança global significa enquadrar um problema ambiental de forma global, com todas as suas peculiaridades e atores que estão em torno do problema. Para as relações internacionais, a governança global pode ser entendida como um mecanismo para a solução de problemas coletivos

(SANTOS, 2006). A solução proposta pela teoria da governança global é gerenciar os problemas globais no âmbito de uma arena política cada vez mais interconectada (AMARAL, 2010). Por meio de mecanismos de cooperação, nivelando responsabilidades e entendendo como um problema coletivo, a governança global necessita da participação da população na busca de soluções viáveis no sentido da sustentabilidade ambiental.

Fortalecer essa esfera institucional do desenvolvimento sustentável significa aprimorar sua governança na medida em que torna o sistema melhor capacitado para lidar com as vulnerabilidades inerentes às atividades envolvidas no campo do desenvolvimento. Implica ainda em avaliar se desenvolvimento sustentável é prioridade nos âmbitos de tomada de decisão (LIMA, 2012, p.173).

A interação entre os diferentes fatores permite a adequação do modelo de governança na questão ambiental de acordo com as características e necessidades de cada um. Institucionalizar a busca pela sustentabilidade é reconhecer a interdependência entre os diferentes fatores e criar instituições para permitir a relação entre eles em prol dos seus objetivos sustentáveis. Para Sachs (1986), a sustentabilidade ambiental aposta na capacidade natural da região, valorizando seus recursos específicos para a satisfação das necessidades da população. Dessa maneira, devem-se adequar os modelos de sustentabilidade ambiental às condições de cada localidade.

Pode-se concluir que governança global é um instrumento pelo qual diversos atores internacionais buscam soluções para evitar o colapso do meio ambiente, entre outros problemas comuns, mas nesse caso especificamente visando a sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade envolve diversas questões técnicas, tecnológicas, ações governamentais e incentivos ao comportamento privado. Os atores não-estatais e os atores responsáveis pela busca e transferência de tecnologia, por exemplo, também são responsáveis pelo alcance de uma maior sustentabilidade ambiental. No que tange o aspecto técnico e tecnológico, vale lembrar que inovações tecnológicas são a chave para a melhora dos problemas ambientais, a ciência adverte o que fazer, enquanto a tecnologia determina a limitação e oportunidades para os problemas alvos (ANDRESEN, 2007).

Seja devido à dominação de informações e tecnologias, produção de relatórios sobre meio ambiente, influência na mídia ou pressão nos governos, as ONGs ganharam a cada dia a capacidade de participar, direta ou indiretamente, na chamada governança

global (MATIAS, 2005, p. 451). Segundo o autor, as ONGs são os “atores mais importantes da sociedade civil transnacional”. Ainda que essas organizações atuem e defendam interesses públicos, como a proteção ao meio ambiente, é preciso ter cautela, pois podem representar interesses particulares de grupos específicos (GONÇALVES, 2006). Desta maneira, não buscaremos tratar a ideia de governança global na sustentabilidade ambiental somente por meio das Organizações Não-Governamentais, mas considerando também os novos atores advindos da globalização.

Com o avanço das comunicações e da tecnologia em geral, tornou-se muito mais rápido e fácil às pessoas se comunicarem, organizarem e construírem redes de relacionamentos globais. Os meios de comunicação em massa exercem hoje grande influência na vida da sociedade moderna e a internet pode ser considerado um dos fatores mais importantes para esse ambiente interativo, pois “é construído a partir da colaboração, do intercâmbio social e da inteligência coletiva” (CASTELLS, 2011). A sociedade civil, preocupada em diminuir os prejuízos reais causados ao meio ambiente, passa a não esperar por medidas e soluções das organizações estatais ou não-governamentais, organizando-se em favor da busca por uma maior sustentabilidade ambiental.

Na sociedade do conhecimento, em que a competitividade entre as pessoas e as organizações aumenta e a informação é o recurso-chave, a cooperação representa um diferencial competitivo para os atores sociais (MORAIS, 2010).

A cooperação internacional visa assegurar e promover o aperfeiçoamento do conceito de governança global para a sustentabilidade ambiental, defendendo a solidariedade entre países e povos (ONU, 1992). A partir desta perspectiva, utilizaremos o *crowdsourcing* como instrumento de cooperação, além de exemplificar como essa ferramenta tem sido usada pela sociedade civil em matéria de sustentabilidade.

2.1 O *CROWDSOURCING* NA GOVERNANÇA GLOBAL

O termo *crowdsourcing* ou a “colaboração em massa”, como também é conhecido, apresentado por Jeff Howe em 2006, vem da junção de duas palavras, *crowd*,

que significa multidão e *source*, que pode ser traduzida como fonte. Para o autor, que define o termo como sendo uma fonte de informações oriundas da multidão, o *crowdsourcing* é um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo e soluções ou desenvolver novas tecnologias. Essa ferramenta pode ser utilizada por grupos da sociedade civil, governos, organizações não-governamentais ou empresas privadas, todas com o intuito de promover a cooperação e troca de informações entre as massas em prol da solução de um problema comum.

As pessoas são capazes de colaborar por pouca ou nenhuma remuneração, motivadas pelo desejo de beneficiar uma comunidade, de fazer um bem maior, pelo prazer de praticar seu ofício, de se superar, pelo prazer em cultivar os próprios talentos e partilhar o que conhecem (HOWE, 2009, p. 12).

O *crowdsourcing* é um modo específico de uso da inteligência coletiva através de redes interorganizacionais (CUNHA e PASSADOR, 2011) e, assim como as ONGs, pode ser utilizado como ferramenta de proteção ambiental e para a criação de plataformas de sustentabilidade. Essa colaboração advinda das multidões permite que qualquer pessoa com conexão à internet possa gerar conteúdo útil para o público interessado nesse assunto. Desta maneira, o *crowdsourcing* vem se tornando uma ferramenta importante para fomentar os debates a cerca da sustentabilidade e utilizar a participação da sociedade na tentativa de disseminar informação (BRABHAM, 2008).

Existem dois formatos de crowdsourcing, o primeiro é o “*open innovation*”, geralmente usado por empresas, quando as organizações adotam propostas externas de inovação e as desenvolve. O segundo, conhecido como “*open source*”, ocorre quando um grupo aberto de voluntários se organiza e desenvolve um projeto, que não é propriedade de ninguém (TURCHI, 2011). O *crowdfunding* é uma das modalidades advindas do *crowdsourcing*, que significa “financiamento pela multidão” e tem como objetivo financiar projetos de interesse da sociedade. A ideia é que várias pessoas contribuam, com pequenas quantias, porém de maneira colaborativa para viabilizar uma ideia ou projeto.

Por se tratar de um tema relativamente recente, o *crowdsourcing* carece de definições conceituais mais aprofundadas e que o delimitem melhor. Vamos aqui tratá-lo

como uma ferramenta digital na qual o conhecimento é distribuído e coordenado em tempo real para gerar ganho mútuo entre os membros. A ideia é que o coletivo seja capaz de se informar e como consequência, se autocorriger (NASCIMENTO *et al*, 2012). Para Shirky (2008), a habilidade de distribuir um problema para um público aumenta a probabilidade de uma solução.

Essa nova modalidade de compartilhamento de conhecimento, possui funcionalidades capazes de integrar diferentes culturas, referências e pontos de vista, enriquecendo a construção de soluções para os problemas globais. No caso da sustentabilidade, essas funcionalidades estão muitas vezes ligadas a projetos de inovação, propondo soluções concretas para reverter os danos causados ao meio ambiente. É notável que a sociedade, enquanto consumidora, passa a ser fonte de inovações e ideias, uma vez que estão inseridas em comunidades que tem o poder de absorver suas habilidades e capacidades, contribuindo com a produção de conteúdo (SHIRKY, 2008).

Na prática, segundo Jamie Drummond (2012), há três passos essenciais na utilização do *crowdsourcing*: coletar, conectar e comprometer. O primeiro, através da investigação das necessidades das pessoas, até mesmo das mais pobres que não possuem acesso às tecnologias modernas, encomendando uma pesquisa no sentido de certificar que poderemos monitorar o progresso das metas no futuro. O segundo passo trata-se de conectar ao grande público, onde os gigantes das comunicações em massa e mídia social poderiam unir-se em prol da difusão do tema. Por fim, com as informações coletadas e o público conectado, acredita-se que os líderes mundiais irão se comprometer com a maioria das informações *crowdsourced*.

Em 2012, a ONU realizou em Viena o “Encontro Internacional de Especialistas em Mapeamento Crowdsourc de Gestão de Riscos e Desastres de Emergências”, reunião internacional para discutir o uso da inteligência coletiva no mapeamento da gestão do risco e na resposta a desastres. O objeto da reunião foi analisar o *crowdsourcing*, em que as inteligências e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet passam a ser usadas para resolver problemas específicos, além de criar soluções globais.

A sustentabilidade tem se solidificado nos últimos dez anos como a força propulsora de novos modelos econômicos que se baseiam no equilíbrio de valores

financeiros, sociais e ecológicos (SEBRAE, 2013). Desta forma, o *crowdsourcing* tem sido aplicado à sustentabilidade, de maneira que a inovação tem sido uma das mais importantes chaves para a diminuição dos impactos ambientais causados pelos seres humanos. Como exemplo, podemos analisar a plataforma digital Porto Alegre.CC⁷, que é um projeto colaborativo baseado no conceito de “*wikicidades*”⁸, que propõe fomentar a elaboração e experimentação de sugestões que possam ser aplicadas em uma cidade. Por meio desta plataforma, é possível discutir sobre a história, a realidade e o futuro de territórios específicos, como também sobre sustentabilidade, além de expor informações e propor novas ideias a fim de melhorar a qualidade de vida na região. O termo “CC” significa *Creative Commons*, um tipo de licença de propriedade intelectual criado para compartilhar conteúdos.

2.2 A GOVERNANÇA GLOBAL E A REDE DE CIDADES

O conceito de Governança Global nos permite reconhecer uma pluralidade de atores e de níveis de atuação, assim como a busca por cooperação entre eles e a descentralização do poder dos Estados soberanos. A cidade representa um desses novos atores e a sua atuação em redes, que pode unificá-las no sistema internacional. Cerca de 3,5 bilhões de pessoas vivem atualmente em centros urbanos, segundo dados da ONU. Como consequência da governança global, surgem as redes de cidades, que são caracterizadas pela “autonomia dos seus membros, a descentralização do poder decisório e a atuação em conjunto por objetivos comuns” (LOIOLA, 1996).

Com o poder do governo parcialmente descentralizado, parte de sua autoridade é repassada a outros atores, em especial aos agentes subnacionais, como os municípios. Desta maneira, estes atores tornam-se mais autônomos, pois não são mais tão dependentes do governo federal para realizar projetos e captar recursos. Para Araújo (2011), a ação em redes facilita a comunicação e o intercâmbio de informações entre as cidades, possibilitando identificar soluções para os problemas locais.

⁷ <http://www.portoalegre.cc/>

⁸ Termo inspirado e derivado de Wikipédia, popular enciclopédia virtual.

As cidades representam o aparecimento de novos atores na cena internacional, com demandas mais específicas e novos problemas e soluções. As redes não passam de um tipo de organização desses novos atores, que buscam conseguir, através delas, uma forma coerente e unificada de expor e incluir seus pleitos na agenda internacional tanto dos Estados quanto das organizações internacionais (ARAÚJO, 2001, p.10).

A evolução tecnológica proporciona maior conectividade entre os atores – cidadãos, governos e instituições – e também reflete nas redes de cidades, que ligam municípios com diferentes realidades e diversas localizações geográficas a fim de alcançar objetivos comuns. O sucesso dos resultados se dá através da inclusão de agentes que eram ignorados anteriormente.

Contrariando a teoria realista das relações internacionais, onde os Estados são os únicos no sistema internacional, as cidades vêm gradativamente aumentando sua atuação internacional por meio da organização em redes. O principal ganho é encontrar soluções por meio do intercâmbio de informações e experiências (NOSSA SÃO PAULO, 2008). Para as relações internacionais tradicionais, somente as interações entre os Estados são consideradas, enquanto no sistema de governança global inclui não apenas interações em nível internacional, como também regional e local (FINKELSTEIN, 1995). Temos como exemplo, acordos internacionais que se dão entre cidades, como o Acordo de Cooperação Técnico-Científica firmado entre as cidades de Santos e Amsterdam em 1993. Saindo do âmbito das cidades, as possibilidades se multiplicam, como acordos internacionais firmados entre estados/províncias e outras instituições (DINGWETH, 2006). Um exemplo é o caso do acordo de cooperação técnica e científica firmado entre a prefeitura da cidade de Maceió e a Universidade Estadual de Nova York Oswego, nos EUA. O regime de cooperação técnico-científica possibilitaria a realização de prestação de serviços em áreas de interesse comum das partes, como recuperação de laboratórios de ensino e de pesquisa, além de apoiar atividades que implementem tecnologia e desenvolvimento de eventos científicos e culturais (GOVERNO DE ALAGOAS, 2011).

A pesquisa em governança global está, portanto, particularmente interessada nas interligações entre diferentes níveis de política (DINGWERTH, 2003). Este autor atenta para os mecanismos de controle, tendo em vista que na governança global é mais difícil

estabelecer uma hierarquia, ao contrário das relações internacionais tradicionais onde o controle é feito com base nas relações de poder entre os Estados. Entretanto, para Araujo (2001), o poder de barganha pode ser um elemento chave para a rede de cidades. Essas novas formas de organização, vem gradativamente adquirindo importância no sistema internacional, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Para Araujo (2001), as redes de cidades representam a nova realidade do sistema internacional e refletem em suas próprias estruturas os novos modos de pensar e de interagir utilizados na governança global. A base na formação de uma nova política na relação Estado-Sociedade, em que se dissemina a convicção da ética da corresponsabilidade sobre aquilo que é de interesse público, envolvem múltiplos atores. Entre esses novos atores, iremos abordar a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, organização de participação coletiva focada em minimizar os danos ao meio ambiente e cooperar de forma a atingir uma maior sustentabilidade em seus territórios.

2.2.1 A REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS

Criada em 2008, a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, ou somente Rede Social de Cidades, tem como objetivo facilitar a troca de informações e conhecimento entre seus integrantes, visando aprendizado mútuo e fortalecimento de experiências locais em termos de sustentabilidade. Para Giddens (1991), uma das principais características da modernidade é a tentativa de “buscar maior conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele” (GIDDENS, 1991, p. 49).

A rede é composta por movimentos independentes e apartidários, que buscam articular iniciativas locais para a construção de cidades e territórios justos e sustentáveis por meio da democracia participativa. Segundo o Protocolo de Governança⁹, a linha base de atuação da Rede Social de Cidades está em promover a educação e a mobilização cidadã, fomentar diálogos intersetoriais, gerar informações para descrever e comparar situações entre as cidades, promover ações e agendas comuns regionais e acompanhar e

⁹ Documento elaborado com as diretrizes do projeto.

influenciar as políticas públicas através do uso de ferramentas de gestão (indicadores, pesquisas e planos de metas).

“O ‘uso da história para fazer história’ é substancialmente um fenômeno da modernidade e não um princípio generalizado que pode ser aplicado a todas as épocas, é uma versão da refletividade da modernidade.”
(GIDDENS, 1991, p.49)

Segundo o Protocolo de Governança da Rede Social das Cidades (NOSSA BH, 2012), o projeto busca promover cinco valores, que são eles:

1. Respeito ao próximo: dialogar com os diferentes atores e setores da sociedade, respeitando as opiniões diversas e atuando em prol de minimizar os conflitos de interesse;
2. Consciência cidadã: comprometer cada integrante a assumir seu papel ativo na democracia participativa, em busca por cidades mais justas e sustentáveis;
3. Apartidarismo: o projeto não apóia e nem está ligado a qualquer partido ou personagem político;
4. Legalidade: atuar de acordo com a lei brasileira, mantendo a visão crítica e propositiva para a melhoria da legislação;
5. Exemplaridade: promover ações e práticas relacionadas a justiça e a sustentabilidade que sirvam de exemplo para outras cidades/países.

A Rede Social de Cidades Justas e Sustentáveis possui secretarias nas seis regiões brasileiras, que buscam atender as necessidades de acordo com cada particularidade e realizar encontros regionais a cada semestre. A rede não possui dirigentes, mas pessoas escolhidas de comum acordo que são encarregadas para realizar determinadas atividades e articular a tomada de decisão consensual. O processo de organização da Rede Social de Cidades foi inspirado pelo programa Bogotá ComoVamos¹⁰, que fornece informações para que os membros da sociedade civil exerçam sua cidadania e conta com mais de 10 anos de atuação na cidade colombiana (NOSSA SÃO PAULO, 2008).

Por meio da cooperação, as Redes Sociais – Brasileira e Latino-americana – por Cidades Justas e Sustentáveis têm dado passos significativos para qualificar o controle

10 Organização criada em 1997 pela sociedade colombiana.

social dos poderes públicos e elaborar ferramentas de monitoramento sobre a qualidade de vida nos municípios (PEREIRA, 2010). Como exemplo, podemos observar o projeto realizado na cidade de São Paulo¹¹, em que foi aprovado, em 2008, um projeto de emenda à Lei Orgânica do Município que instituiu na cidade o Programa de Metas, obrigando o prefeito a apresentar metas para os quatro anos de sua gestão em até 90 dias após assumir posse, além de monitorar, por meio de relatórios do Poder Executivo, o cumprimento da lei e de seus princípios, baseados na inclusão social, sustentabilidade ambiental, entre outros (NOSSA SÃO PAULO, 2008).

O Programa Cidades Sustentáveis é uma plataforma que oferece informações sobre projetos sustentáveis e uma relação de casos exemplares de melhoria das cidades através da inovação e da sustentabilidade. Entre elas, a experiência de Estocolmo, na Suécia, com o programa Veículos Limpos iniciado em 1996, pretendendo transformar todos os veículos da cidade em não poluentes. Segundo esse programa, todos os carros devem usar biocombustíveis ou emitir menos de 120g de CO₂/km e a cidade tomou iniciativas para atingir essa meta. A prefeitura iniciou negociações com os fabricantes de automóveis e os incentivou a comercializar modelos não poluentes e de menor preço que os já existentes, além de articulações com o governo, juntamente com outros municípios e ONGs, que levaram a descontos fiscais sobre os veículos e combustíveis (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013).

Segundo Pereira¹² (2012), coordenador da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, devemos nos “inspirar no que deu certo, adaptando estas práticas para as nossas condições locais”. É imprescindível notar, que por meio da participação coletiva na busca de soluções e ideias sustentáveis, da cobrança às autoridades em cumprirem com as metas, da prestação de contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados, a sociedade civil passa a participar ativamente do processo de sustentabilidade ambiental.

11 Organização conhecida como Nossa São Paulo, que atua na cidade desde 2007.

12 Mauricio Broinizi Pereira é coordenador da secretaria executiva do Movimento Nossa São Paulo e da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. É doutor em História Econômica pela USP e professor de História Contemporânea da PUC-SP.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, muito se foi discutido a respeito de desenvolvimento sustentável e esse conceito foi amplamente utilizado em reuniões das Organizações das Nações Unidas. Isso se deve ao fato de que iniciaram as constatações sobre os efeitos negativos ocasionados pelo desenvolvimento econômico, que tem gerado danos sérios ao meio ambiente. Desenvolvimento sustentável mostra-se como um conceito complexo, na medida em que abrange a união de crescimento econômico atrelado à conservação ambiental, fazendo com que dificilmente seja aplicado de forma efetiva pelos Estados.

A cooperação internacional mostrou-se como um dos principais meios de atingir objetivos no que diz respeito a desenvolvimento sustentável, porém insuficiente em alguns momentos, pois os Estados agem de acordo com o seus interesses e podem ou não optar por cooperar. Haas (1989) percebe a cooperação internacional como promotora de aprendizado internacional acerca de como responder ou lidar com problemas ambientais comuns. É importante apontar a necessidade de promover o aprendizado dos países em desenvolvimento, como também nos desenvolvidos, de modo a capacitá-los a atuar para a melhoria da situação ambiental global. Segundo Costa (2012) a visão consensual oferecida por uma comunidade epistêmica ajudaria a conformar políticas em diferentes países, aparecendo como um elemento de coesão na forma de responder aos problemas comuns. A cooperação não é necessariamente fácil, mas é possível e sustentável (HURRELL, 1999).

Entre as abordagens de cooperação internacional, a governança global se mostrou importante para explicar o contexto da discussão à respeito do meio ambiente, pois a falta de soluções efetivas em torno do tema culminou o surgimento de novos atores no sistema internacional. Vale lembrar, que o tema sustentabilidade ambiental passa a ser melhor utilizado ao invés de desenvolvimento sustentável, pois permite dialogar com diversos eixos e suas peculiaridades. Faz-se necessário somar aos 3 eixos sugeridos pelo *triple bottom line* outros eixos importantes, pois pensar em sustentabilidade é pensar em uma rede de fatores que permeiam a relação entre sociedade e natureza. Como indica Sachs (2008, p.118), “devemos nos esforçar por desenhar uma estratégia de desenvolvimento

que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente”.

Além disso, novos atores — organizações não governamentais, sociedade civil, empresas multinacionais, etc — passam a ser considerados e a quebra da hegemonia dos Estados como únicos atores do sistema internacional é a característica principal da governança global. É fundamental notar as vantagens da descentralização do Estado como único responsável por solucionar problemas, proporcionando assim, a participação ativa da sociedade civil e das organizações não-governamentais nos debates a cerca da sustentabilidade. Aliado a cooperação, o reconhecimento pela pluralidade de níveis de atuação e de atores na governança global é um passo importante no processo de soluções para os problemas causados ao meio ambiente. A proposta da governança global é que haja um alargamento do âmbito do debate, de modo a fazer com que se “ouçam” todos aqueles que, conscientemente, queiram participar da esfera pública internacional (AMARAL, 2010).

A interação entre os diversos atores e fatores permite a adequação do modelo de governança na questão ambiental de acordo com as características e necessidade de cada lugar, refletindo positivamente nos resultados em prol da sustentabilidade. Entretanto, entende-se que global é um âmbito muito amplo e que o conceito de governança é mais aplicável no plano local do que global. A governança no mundo não deve ser confundida com a governança do mundo (WHITMAN, 2003).

A globalização e os avanços tecnológicos proporcionaram uma maior integração entre os atores e facilitaram a troca de informações, unindo-os em prol de solucionar um objetivo comum. Apesar de o *crowdsourcing* ser um termo novo, ele tem se mostrado eficaz na participação da sociedade civil em pensar os problemas ambientais. Por meio da educação, informação, troca de experiências e tecnologias, o *crowdsourcing* estimula a participação popular e tem resultado em ideias inovadoras para os desafios da sustentabilidade no Brasil e no mundo. Como sugere Flores (2013) “é preciso que tais atitudes reflitam um novo paradigma de produção e consumo, repensando o mito do crescimento ‘em si’ e agregando-se à autonomia econômica e epistemológica enunciada pelos movimentos que lutam pela justiça ambiental.” O projeto Porto Alegre.CC serve de

exemplo da utilização do *crowdsourcing* para planejar, criar e colocar em práticas novas ideias que colaboram com o meio ambiente.

Ainda no que diz respeito aos novos atores no plano de governança global, a cidade passa a ter um papel importante e a sua atuação em redes vem ganhando cada vez mais força. É primordial a transparência de informações e a transmissão de conhecimento na Rede de Cidades, além da participação popular nos processos de desenvolvimento de projetos e execução de ideias. A Rede Social de Cidades Justas e Sustentáveis é uma organização independente e apartidária que atua de maneira a incentivar as cidades a pensar e agir de forma mais sustentável.

Ao observar as contradições presentes no conceito de desenvolvimento sustentável, parece que o termo sustentabilidade ambiental trás certa expectativa no que diz respeito a diminuir os impactos causados ao meio ambiente. Sustentabilidade são as medidas e ações que os diversos atores do sistema internacional se propõem a analisar, discutir e colocar em prática em seus territórios. É necessário entender a importância de debater as políticas ambientais nas relações internacionais, considerando sua relevância no cenário internacional atual, buscando adoções de iniciativas sustentáveis que venham garantir a médio e longo prazo um planeta em condições favoráveis para o desenvolvimento em consonância com o meio ambiente.

ABSTRACT

This article analyzes the emergence of new actors of international relations in the quest to achieve environmental sustainability by offering them cooperation as a means of achieving the desired goals. The article presents the concepts of sustainable development and environmental sustainability and seeks to understand the challenges in solving environmental damage caused by human action. Global governance is seen as breaking the paradigm that the state is the only actor in international relations, with a liberal perspective with the involvement of civil society, non-governmental organizations and other actors in the search for alternatives and solutions to the problems caused environment. Exposes the idea of crowdsourcing and the network of cities to continue the debate about global governance and, finally, presents the Social Network for Fair and Sustainable Cities as a key player in the search for sustainability in Brazil. The study was done through explanatory research and methodological approach was predominantly qualitative, using bibliographic and documentary research.

KEYWORDS: Environmental Sustainability. International Cooperation. Global Governance.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.B. Os conceitos de regimes internacionais e de governança global: semelhanças e diferenciações. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, v. 5, n. 10, 2010.

ANDERSEN, M.M. **Eco-Innovation Dynamics:** creative evolution accumulation in green economic evolution. 2010. Disponível em: <<http://www2.druid.dk/conferences/viewpaper.php?id=501858&cf=43>> Acesso em: 12/01/12.

ARAUJO, I.V. A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades. In: 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ABRI, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200031&lng=en&nrm=a> Acesso em: 19/02/2014.

ART, R. **Desconstruindo a Sustentabilidade**. 2013. Disponível em: <<http://descola.org/curso/5/desconstruindo-a-sustentabilidade>> Acesso em: 18/12/2013.

BAPTISTA, D.H.S. A Governança Global da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: Seminário Pós-Graduação em Relações Internacionais - GOIS (Governança e Instituições Internacionais), 2012, Brasília. **Anais eletrônicos**. Brasília, 2012.

BARROS-PLATIAU, A.F.; VARELLA, M.D.; SCHLEICHER, R.T. Meio ambiente e relações internacionais: Perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, 2004.

BRABHAM, D. Crowdsourcing as a Model for Problem Solving: an Introduction and Cases. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, v. 14, n. 1, 2008.

CABRERA, L. **É Tudo uma Questão de Princípios**. São Paulo: Abril, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede - A era da informática:** economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.

CMMAD. **Our Common Future**. Publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 12/01/2014.

COMTE, A. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. Trad. Antonio Geraldo da Silva. Porto Alegre: Ed. Escala, [s.d.].

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Publicado pela Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COSTA, M.C.; GAYARD, N.A. As Dinâmicas do conhecimento na cooperação internacional para o meio ambiente. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, 2012.

CUNHA, J.A.C.; PASSADOR, J.L.; PASSADOR, C.S. Recomendações e apontamentos para categorizações em pesquisas sobre redes interorganizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, 2011.

DIAS, G.F. **Elementos para capacitação em educação ambiental**. Ilhéus, Bahia: Ilhéus Editus, 1999.

DINGWERTH, K. The Democratic Legitimacy of Transnational Rule-Making. Normative Theory and Empirical Practice. 2003. Disponível em: <<http://edoc.gfz Potsdam.de/pik/get/2007/0/319d62ae68ecfa85b4f8479cc3f25cf8/2007.pdf>> Acesso em: 18/01/2014.

DRUMMOND, J. **Let's Crowd Source The World's Goals**. 2012. Disponível em: <<http://post2015.org/2012/07/19/jamie-drummond-at-ted-global-lets-crowd-source-the-worlds-goals>> Acesso em: 15/01/2014.

ELKINGTON, J. Governance for Sustainability. **Journal compilation**, v. 14, n. 6, 2006.

FLORES, M.; ARAUJO, L.E.; TYBUSCH, J. Sustentabilidade, Globalização Econômica e a Ascensão do Capitalismo Verde. **Revista Eletrônica da UFSM**, v. 8, n. 1, 2013.

FINKELSTEIN, L.S. **What is Global Governance**. Associação de Estudos Internacionais, 1991.

FIORI, J.L. O Poder Global. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 73, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>> Acesso em 14/01/2015.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GONÇALVES, A. A. Legitimidade na Governança Global. In: XV Encontro do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2006, Manaus. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: CONPEDI, 2006.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Maceió Agora**. Publicado pelo Governo de Alagoas, 2011. Disponível em <<http://maceio-agora.jusbrasil.com.br/politica/5049498/governo-de-alagoas-e-universidade-americana-firmam-parceria-nesta-sexta>> Acesso em 10/02/2014.

HAAS, P. Do regimes matter: epistemic communities and mediterranean pollution control. **International Organization**, v. 43, n. 3, 1989.

HERZ, M. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOWE, J. The Rise of Crowdsourcing. **WIRED**, 2006. Disponível em: <<http://www.disco.ethz.ch/lectures/fs10/seminar/paper/michael-8.pdf>> Acesso em: 07/01/2014.

HURRELL, A. Sociedade Internacional e Governança Global. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 46, 1999.

KEOHANE, R.O.; NYE, J. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little Brown, 1977.

KEOHANE, R.O. Governance in a Partially Globalized World. **The American political Science Review**, v. 95, n. 1, 2001.

LIMA, G.G.B. **O Conceito de Governança Global do Desenvolvimento Sustentável no Estudo da Efetividade da Norma Jurídica: Reflexões Epistemológicas**. Brasília: 2012. Disponível em <<http://mdf.secrel.com.br/dmdocuments/Gabriela%20Lima.pdf>> Acesso em: 08/01/2014.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MARTINS, S.R. **Los Limites del Desarrollo Sostenible en América Latina: en el marco de las políticas de (re)ajuste económico**. Pelotas: UFPel, 1997.

MEADOWS, D.H; MEADOWS, D.L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W.W. **The Limits to Growth: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2000.

NASCIMENTO, A. M; LUFT, M.C.M; FREITAS, F. C. H. O uso do crowdsourcing como ferramenta de inovação aberta: uma categorização a luz da teoria de redes. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2012/GCT/Tema%2003/2012_GCT774.pdf> Acesso em: 21/01/2014

NOSSA SÃO PAULO. **Movimento Nossa São Paulo: outra cidade**. Publicado pela Nossa São Paulo, 2008.

ONU. **AGENDA 21**. Publicado pela Organização das Nações Unidas, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em: 08/01/2014.

ONU. **United Nations Millennium Development Goals**. Publicado pela ONU, 2000. Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/mdgoverview.html>> Acesso em: 12/01/2014.

ONU. **Crowdsourcing Mapping**. Publicado pela ONU. Disponível em: <<http://www.un-spider.org/>> Acesso em 10/02/14.

PATTERSON, M. Interpreting Trends in Global Environmental Governance. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs)**, v. 75, n. 4, 1999.

PISKE, O. **O Processo de Globalização e a Necessária Sustentabilidade Ambiental**, 2011. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2011/o-processo-de-globalizacao-e-a-necessaria-sustentabilidade-ambiental-juiza-oriana-piske>> Acesso em: 15/02/2014

NOSSA BH. **Protocolo de Governança – Rede Social por Cidades Justas e Sustentáveis**. Publicado pela NOSSA BH, 2012. Disponível em: <http://www.nossabh.org.br/up_artigo/me6ge3qo6mi1.pdf> Acesso em: 12/01/2014.

ROSENAU, J. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E.-O (Org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UnB, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANT'ANNA, F.M. **As instituições internacionais e a gestão compartilhada dos recursos naturais transfronteiriços**. Brasília, 2008.

SANTOS, B.S. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J.C.B. A evolução da ideia de governança global e sua consolidação no século XX. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SESC, 2012. Disponível em: <<http://sustentabilidade.sescsp.org.br/conceito-de-sustentabilidade>> Acesso em: 08/01/2014.

SHIRKY, Clay. **Here comes everybody: the power of organizing without organizations**. New York: The Penguin Press, 2008.

SLAUGHTER, A.-M. The Real New World Order. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 5, 1997.

SMOUTS, M.-C. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial. In: SMOUTS, M.-C. (Org.). **As novas relações internacionais: práticas e teorias**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

SPERANZA, N.F. **A importância das organizações não-governamentais no processo de governança global**. 2012. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/22781/a-importancia-das-organizacoes-nao-governamentais-no-processo-de-governanca-global>> Acesso em: 28/12/2013.

TURCHI, S. **A sabedoria das Multidões**. 2011. Disponível em <<http://www.sandraturchi.com.br/artigos/02/crowdsourcing-a-sabedoria-das-multidoes/>> Acesso em: 11/01/2014.

ULIANO, P.G.R.P. **Meio ambiente e relações internacionais:** uma discussão sobre a crise ambiental e a ausência de uma organização internacional para meio ambiente no âmbito das Nações Unidas. In: 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos.** São Paulo: ABRI, 2011.

VILLA, R.A.D. Atores não-estatais e meio ambiente nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 4, 2001.